

Jobim defende controle externo do Judiciário

Futuro presidente do STF, ministro Nelson Jobim apóia criação do Conselho Nacional de Justiça “para que o Judiciário ganhe agilidade, reduza os custos processuais e passe a ser mais transparente”



Em audiência pública na Comissão de Justiça, Nelson Jobim sugeriu ainda que a reforma do Judiciário em discussão no Senado adote a chamada súmula vinculante – instrumento que obriga os tribunais

inferiores a seguirem, nos processos, as decisões dos tribunais superiores em determinadas matérias. O ministro manifestou-se também a favor do dispositivo que transfere para a alçada federal o julgamento de crimes

graves cometidos nos estados contra os direitos humanos. Em reunião com o presidente da CCJ, Edison Lobão, procuradores estaduais reivindicaram independência financeira em relação ao Executivo.

Páginas 3 e 4

Ao lado de Edison Lobão, presidente da comissão, e de José Jorge, relator da proposta de reforma do Judiciário, Nelson Jobim (foto acima) debate com os membros da CCJ. Senadores tiveram intensa participação na audiência pública que visa recolher subsídios para a votação do projeto já aprovado pela Câmara dos Deputados



Fotos: Célio Azevedo

Mestrinho, ao lado de Saturnino, suspende reunião



Márcio Kallume

Oposição diz que governo atrasa a votação do PPA

Comissão Mista de Orçamento adiou mais uma vez ontem a votação do Plano Plurianual, que define os investimentos a serem feitos pela União até o fim de 2007.

Página 7

Tebet quer rigor contra falências fraudulentas

Página 5



DENÚNCIA Atendimento foi privatizado, mas não chegava às comunidades, afirma Mozarildo

Mozarildo elogia retorno da Funasa a áreas indígenas

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) parabenizou ontem a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) pela decisão de retomar as ações de saúde nas comunidades indígenas de Roraima. Segundo ele, a Funasa vinha sofrendo um "desmonte", desde a demissão dos agentes conhecidos como "mata-mosquitos", que atuavam no combate a endemias como a dengue e a malária.

Para Mozarildo, a municipalização do atendimento aos indígenas não ocorreu. "Os municípios receberam a responsabilidade, mas não receberam os recursos que o governo federal deveria repassar", afirmou.

Com base em notícias publicadas em jornais de Roraima, Mozarildo denunciou a aplicação indevida dos recursos destinados à saúde, repassados a organizações não-governamentais (ONGs). Ele explicou que o atendimento aos indígenas foi privatizado e transferido para ONGs, que não utilizam a maior parte dos recursos na assistência primária.

Maciel quer preparar logo o bicentenário da Independência

■ Senador quer garantir comemoração à altura do acontecimento para mobilizar forças criativas do país

Faltam 18 anos para as comemorações do bicentenário da Independência do Brasil, mas o senador Marco Maciel (PFL-PE) está propondo, por meio de projeto de resolução, que seja formada comissão para iniciar os preparativos desde já. Em discurso ontem, Maciel disse considerar que uma celebração à altura desse acontecimento vai permitir não apenas uma reflexão sobre o passado, mas



FALHA Brasil perde por não valorizar datas comemorativas, lamenta Marco Maciel

a possibilidade de reformulação do futuro do país.

O senador lamentou que o Brasil não venha dando a devi-

da importância a datas comemorativas. Com isso, estaria perdendo o grande potencial de mobilização de forças criativas vitais à reafirmação da nacionalidade e ao desenvolvimento de novos projetos. Maciel lembrou o impacto e a grande repercussão até hoje da Semana de Arte Moderna de 1922, ano em que se comemorou o centenário da Independência.

Em aparte, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) apoiou o discurso de Marco Maciel e mencionou as homenagens que no Tocantins são prestadas à Coluna Prestes e a seu líder, o comunista Luís Carlos Prestes.



CRESCIMENTO Para Papaléo, projeto terá efeito multiplicador na economia de Macapá

Papaléo defende isenção de IPI para Amazônia Ocidental

Ao parabenizar a cidade de Macapá pelo transcurso de seu aniversário, o senador Papaléo Paes (PTB-AP) defendeu a aprovação do projeto de lei que estende a toda a Amazônia Ocidental, inclusive ao estado do Amapá, a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que já vigora na Zona Franca de Manaus, para produtos elaborados com matérias-primas da região.

Pelo projeto, em tramitação na Câmara dos Deputados, a isenção contempla todos os produtos elaborados com matérias-primas de origem animal, vegetal, mineral, agrossilvopastoril, agroindustrial e a biodiversidade, explicou.

Segundo Papaléo, a vocação maior de Macapá é o comércio, pois sua posição geográfica facilita as relações comerciais com a América Central, do Norte e com a Europa.

– A feliz idéia de transformar a cidade em zona livre de comércio, em 1991, possibilitou a abertura de várias oportunidades de negócios para o estado. Assim, peço apoio para o projeto de lei de isenção de IPI, que terá efeito multiplicador na economia da cidade e do estado – afirmou Papaléo.

Iniciativa

O senador lembrou que, como prefeito de Macapá, procurou transformar a cidade em pólo turístico, por estar situada na margem esquerda do Rio Amazonas, exatamente sobre a linha do Equador.

Papaléo ressaltou que, mesmo com poucos recursos, foi possível asfaltar dois cinturões da cidade, implantar escoamento profundo para águas pluviais e construir o Complexo Beira-Rio, um dos pontos turísticos da capital do Amapá.

Agenda

MP que dispõe sobre o Cade pode ser votada hoje

A medida provisória que tranca a pauta do Plenário desde quarta-feira da semana passada pode ser votada hoje, em sessão marcada para as 10h. A proposta (MP 136/03) dispõe sobre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e trata das infrações contra a economia do país. Enquanto a MP não for votada, os demais itens da pauta não podem ser examinados.

Comissão ouve Flamarion Portela

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) reúne-se hoje, às 9h30, para discutir a demarcação de terras indígenas em Roraima, com a presença do governador do estado, Flamarion Portela. O colegiado discute ainda a repatriação de brasileiros presos nos Estados Unidos por imigração ilegal.



Paim recebe ministros

O presidente em exercício, senador Paulo Paim, recebe, às 9h, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores, Omar de Mello. Às 14h30, reúne-se com o ministro da Previdência, Amir Lando; e, às 17h30, com a ministra Dilma Rousseff.

Lei de Falências na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discute hoje, às 10h, a Lei de Falências (PLC 71/03). Participarão do debate os presidentes da CUT e da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, e representante da Força Sindical.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sérgio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Em audiência pública no Senado, vice-presidente do STF afirma que controle externo não fere a autonomia e a independência da Justiça

Jobim defende controle e súmula vinculante

A adoção de um controle externo do Poder Judiciário, nos moldes da proposta aprovada pela Câmara dos Deputados, foi defendida ontem pelo vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, durante audiência pública promovida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O ministro disse que a medida não fere a autonomia e a independência do Judiciário, nem interfere nos seus trabalhos.

– Pelo contrário. O Conselho Nacional de Justiça, a ser criado para exercer o controle, é uma necessidade para que o Judiciário tenha uma política de ação uniforme em todo o país, ganhe agilidade, reduza os custos processuais e, além disso, passe a ser mais transparente perante a sociedade.

Nelson Jobim observou que o colegiado, de 15 membros, seria composto, em sua maioria, por magistrados, e teria competência para controlar, principalmente, a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário. Entre outras atribuições, informou, caberia ao conselho rever os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais, julgados há menos de um ano.

O futuro presidente do Supremo Tribunal Federal também é a favor da adoção da súmula vinculante, prevista na proposta (PEC 29/00), por garantir maior agilidade aos processos.

O ministro defendeu a necessidade de o STF, o TST e o STJ voltarem a ser “tribunais da Federação”, deixando para os juízes de primeira instância o julgamento dos processos comuns. Ele destacou que os 11 ministros do Supremo julgaram em 2003 uma média diária de 49,58 processos.

Direitos humanos

Nelson Jobim apoiou, em resposta a indagação do relator da proposta, senador José Jorge (PFL-PE), o dispositivo que transfere para a alçada federal os crimes graves praticados contra direitos humanos.

A seu ver, não é aceitável que crimes cometidos, por exemplo, por policiais civis ou militares sejam investigados pelas próprias corporações, já que antes da fase processual há o inquérito criminal.



NECESSIDADE Nelson Jobim (ao lado de Lobão) afirma aos senadores que conselho garantirá mais transparência ao Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça e efeito vinculante geram polêmica em comissão

Durante a audiência pública com a participação do ministro Nelson Jobim, o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) posicionou-se favoravelmente à criação do Conselho Nacional de Justiça, que seria responsável pelo controle externo do Judiciário.

O senador Tião Viana (PT-AC) defendeu a implantação da súmula vinculante para o Supremo Tribunal Federal e a súmula impeditiva para os demais tribunais. Viana questionou a necessidade de manutenção dos tribunais militares e criticou o excesso de recursos no processo judicial brasileiro.

Já o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) leu carta de um jurista afirmando que a súmula vinculante representa adoção de “decisões pré-concebidas” e que o uso desse instrumento fecharia escritórios de advocacia, acabaria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e aposentaria juízes.

O ministro Nelson Jobim disse que a súmula vinculante seria usada apenas em questões ambíguas e destacou que diferenças de interpretação entre tribunais diferentes podem causar repercussões econômicas e sociais graves. Ele lem-

brou que a adoção da súmula pretende solucionar um problema surgido na década de 70: a massificação das demandas em que vários processos repetem as mesmas questões.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) manifestou-se contra alteração prevista na proposta, determinando que a OAB possa indicar ministros para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Jobim concordou

que a medida não seria conveniente. Demostenes Torres sugeriu ainda que a Ordem dos Advogados seja submetida ao controle dos tribunais de con-

tas da União e dos estados. Para o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), só se discute o controle externo do Judiciário porque os tribunais carecem de bons corregedores. O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) falou sobre a composição ideal do Conselho Nacional de Justiça, o órgão que fará o controle externo do Judiciário.

Ingerência

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que, com sua visão republicana, não aceita que o Conselho Nacional de Justiça tenha o poder de “demitir juízes”, principalmente por-

que alguns de seus membros seriam indicados pelo Congresso. Ele frisou que não gostaria de ver um órgão integrado por membros do Judiciário com poderes para cassar mandatos parlamentares.

– Nós mesmos cassamos nossos mandatos, quando isso se faz necessário. Estamos diante do risco de uma redução da autonomia do Judiciário.

Demostenes Torres acrescentou que, além dos membros indicados pelo Legislativo, haverá no conselho promotores e juízes de hierarquia inferior a um ministro de tribunal superior, com direito a voto pela perda do cargo.

– Por que não conceder apenas o poder de suspender um juiz acusado de irregularidade administrativa até que o processo seja encerrado? – perguntou o parlamentar. Nelson Jobim observou que o Senado poderia suprimir a expressão “perda do cargo”.

O ministro ressaltou que o conselho seria um órgão logo abaixo do STF, com viés administrativo a ele subordinado. Argumentou que o STF é basicamente antimajoritário, porque tem o poder de revogar decisão do Congresso. “Há todo um *checking balance*, um equilíbrio institucional, que não é ameaçado de forma alguma pelo Conselho Nacional de Justiça.”

Senadores destacam a contribuição ao exame da PEC

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), afirmou que o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) “encaixinou-se pela gênese do ordenamento jurídico republicano em sua conferência, que ajudará muito na confecção do relatório final sobre a reforma do Judiciário”.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) considerou a exposição de Jobim “muito esclarecedora”. Com as informações prestadas, disse, o ministro revelou que conseguiu compreender melhor algumas das questões que integram a reforma do Judiciário.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) anunciou que apresentou emenda para garantir que o chefe do Executivo indique o juiz, advogado ou procurador mais votado pelos seus pares para a vaga aberta em tribunal superior.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que o Congresso tenha competência para julgar os crimes de responsabilidade de ministros dos tribunais superiores, a exemplo do que acontece no caso de o crime ser cometido pelo presidente da República e por ministros do Supremo Tribunal Federal.

Interpretações diferentes de tribunais podem trazer repercussões graves, diz Jobim

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Procuradores estaduais reivindicam autonomia

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado, Omar de Mello, defendeu ontem que o Senado aprove na reforma do Judiciário artigo que obrigue os governadores a liberarem todo mês 1/12 das verbas das procuradorias gerais. Com isso, os procuradores ficariam livres de possíveis retaliações financeiras dos governadores descontentes com as orientações de suas procuradorias.

A reivindicação foi apresentada ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), onde vem sendo examinada a reforma do Judiciário. Durante a tramitação na Câmara, a autonomia financeira das procuradorias dos estados foi incluída na reforma, mas os procuradores temem que, no Senado, esse



RETALIAÇÕES Omar de Mello explica a Lobão que há casos de procuradorias que ficam sem dinheiro até para pagar a conta de luz

ponto seja modificado.

– Mostramos ao senador Edison Lobão que as procuradorias são massacradas toda vez que os procuradores-gerais manifestam entendimento que contraria o governo estadual.

Nesses casos, as procuradorias ficam sem dinheiro até para pagar conta de luz – afirmou Omar de Mello depois da reunião. Ele levará a mesma reivindicação ao relator da reforma, senador José Jorge (PFL-PE).

Efraim quer novas audiências públicas

A visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Supremo Tribunal Federal (STF) e a posse do novo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Antonio Busato, motivaram o senador Efraim Moraes (PFL-PB) a fazer novas considerações sobre a proposta de reforma do Judiciário. A partir desses episódios, ele defendeu a promoção de novas audiências públicas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a matéria e a apuração, pela Comissão de Educação (CE), de possíveis desmandos na concessão de licença para funcionamento de cursos de Direito no país.

Apesar das divergências entre o presidente Lula (favorável) e o presidente do STF, ministro Maurício Corrêa (contrário), sobre o controle externo do Judiciário, um dos pontos centrais da reforma, Efraim considerou louvável a manutenção de um “diálogo cordial e espírito de colaboração” entre os chefes do Executivo e do Judiciário. Mas, diante da relevância do tema, o senador pefelista advogou ser indispensável também envolver o Legislativo



DIÁLOGO CORDIAL Efraim sugere que o debate sobre a reforma seja reaberto

nessa discussão, Poder que melhor representa os anseios da sociedade.

Se autoridades do Executivo e do Judiciário já apontaram deficiências no projeto de reforma do Judiciário em reexame na CCJ, Efraim Moraes disse não ver outro caminho a não ser reabrir o debate e nele envolver a sociedade civil.

– A proposta de reforma foi incluída nesta convocação extraordinária, mas não se pode pretender que ela se resolva em rito sumário, sem que haja discussões mais profundas sobre o tema – declarou.

Quanto às preocupações expressas por Busato sobre a qualidade do ensino jurídico no Brasil, Efraim endossou e criticou a ausência do tema nos debates sobre a reforma do Judiciário. “Sem que se cuide desse aspecto basilar, como supor a melhoria da qualidade da Justiça entre nós?”, indagou. Na sua opinião, não adiantará muito reformular as leis processuais, aumentar o número de juízes, agilizar o funcionamento da máquina judiciária, dar transparência e ampliar o acesso da população à Justiça se os profissionais graduados não tiverem competência.

De acordo com Busato, embora a OAB tenha sido favorável à criação de apenas 19 cursos jurídicos nos últimos três anos, o Conselho Nacional de Educação teria autorizado, no período, a instalação de 222. A investigação do assunto pela CE foi pleiteada por Efraim diante de denúncia de que esses cursos poderiam estar servindo de moeda eleitoral para atender a políticos ou empresários do ensino no país. O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) se associou às preocupações do senador pela Paraíba.



QUALIDADES Ideli Salvatti lembrou as 31 metas estabelecidas por Cristovam

Ideli destaca atuação de Cristovam no ministério

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou a atuação do senador Cristovam Buarque (PT-DF) no Ministério da Educação, afirmando que, em menos de um ano, ele iniciou vários programas relevantes para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

– Logo ao assumir o cargo, Cristovam estabeleceu 31 metas educacionais do Brasil para serem colocadas em prática antes do segundo centenário

da Independência, ou seja, 2022. E para começar a caminhada rumo a um Brasil sem analfabetismo e de acesso à educação para todos e todas, independentemente de classe, região, raça e deficiência física – afirmou Ideli.

Uma das marcas deixadas por Cristovam como ministro da Educação, segundo a senadora, foi a implantação do projeto Brasil Alfabetizado. Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) confessou não entender como um homem culto e com tantos méritos na educação foi demitido do cargo por um telefonema pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Já o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) opinou que o Brasil inteiro conhece o talento, o espírito público e a dedicação de Cristovam à educação.

Também saudando a volta de Cristovam ao Senado, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) registrou a sinceridade do ex-ministro ao reconhecer os avanços que a educação do país teve na gestão do ministro anterior, Paulo Renato, apesar de integrar um partido adversário do PT. O senador Flávio Arns (PT-PR) elogiou a capacidade de diálogo de Cristovam, que, quando ministro, manteve negociações até com a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Almeida Lima pede exame de propostas que reformam Estado

O senador Almeida Lima (PDT-SE) pediu aos senadores que examinem e votem as três propostas de emenda à Constituição (PECs 52, 53 e 54) que tratam da reforma do Estado. O parlamentar apresentou as proposições no ano passado e as PECs tratam de assuntos polêmicos como a diminuição do número de parlamentares, a extinção dos cargos de vice no Poder Executivo e a descentralização da Federação brasileira.

O senador Almeida Lima ressaltou que, ao contrário das outras reformas que foram votadas em 2003 pelo Congresso, a conta da reforma do Estado não será paga pelo povo brasileiro, mas pelas elites. Entre as propostas de Almeida Lima está a redução do número de senadores, que passariam de 81 para 54, totalizando dois por



LIMITAÇÕES Almeida Lima propõe redução de 25% na composição das assembleias

estado, contra os três atuais.

Almeida Lima detalhou algumas propostas. Ele quer a redução da quantidade de deputados federais para 395. O número mínimo de deputados por estado – como é o caso do estado de Sergipe, unidade da Federação que representa no Senado – cairia de oito para cinco. Com relação às assembleias legislativas e câmaras de vereadores, a redução proposta é de 25%. A proposta de Almeida Lima limita também o número de ministérios do governo federal a 20.



CRISE César Borges lamenta o abandono enfrentado pela Universidade Federal da Bahia

César Borges pede recursos para atender universidade

O senador César Borges (PFL-BA) manifestou indignação com o descaso do governo federal em relação ao ensino superior no Brasil e, em especial, na Bahia. Segundo ele, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), símbolo de excelência por muitos anos, está hoje relegada ao abandono, porque não recebeu um centavo durante 2003, apesar de emenda da bancada ter lhe destinado R\$ 10 milhões.

Para o senador César Borges, a Bahia é a unidade da Federação com a pior relação universitário federal/habitante, apenas 1,7, quando a média nacional é de três.

Com a finalidade de suprir essas deficiências, o estado criou quatro universidades estaduais que, em 1995, comportavam 17,3 mil alunos, enquanto em 2001 já contavam com 30 mil, um acréscimo de 70%. A Universidade Federal da Bahia, o único estabelecimento federal de ensino superior do estado, teve aumento no número de vagas de apenas 15% no mesmo período, relatou.

Segundo o senador, “há falta de tudo” na Universidade Federal da Bahia, desde professores até laboratórios. Além disso, outros recursos de ensino estão malconservados.

César Borges protestou também contra a indiferença do governo federal com os desabrigados pelas chuvas na Região Nordeste. Destinar apenas R\$ 32 milhões para socorrer mais de 100 mil pessoas “é mais do que descaso, já é escárnio”, concluiu.

Tebet quer punição mais severa para as falências fraudulentas

Relator defende rigor na fiscalização dos recolhimentos trabalhistas e previdenciários

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu o agravamento das atuais penas quando houver a comprovação de má-fé nos processos falimentares. Relator do projeto de lei que regula as falências e a recuperação judicial e extrajudicial de empresas, Tebet exemplificou com a hipótese de apropriação indébita da contribuição previdenciária recolhida dos trabalhadores e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), crime previsto no Código Penal.

– Se isso redundar no processo falimentar ou de recuperação judicial e extrajudicial, tem que haver dispositivo legal para o agravamento das penas – explicou, acrescentando que é preciso encontrar mecanismos

que melhorem a fiscalização dos recolhimentos trabalhistas e previdenciários para evitar esses casos que lesam o poder público e os trabalhadores.

Uma sugestão seria aparelhar o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para fornecer informações *on line* sobre a situação dos seus segurados. Isso, segundo o senador, permitiria aos trabalhadores o acesso ao histórico das suas contribuições, evitando o que acontece atualmente. Hoje, compete ao segurado provar o seu tempo de recolhimento.

Tebet disse que o objetivo do projeto de lei que moderniza a atual norma jurídica “é manter a empresa viva, porque a falência é a pior solução em 99% dos casos”. O relator é favorável ao parcelamento dos créditos tributários, como solicitou o presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Gabriel Jorge Ferreira, durante audiência na CAE.

O senador informou que está verificando se cabe, dentro da

legislação de falências, alguma proposta de procedimentos modernizadores e lembrou sua luta, na presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), por medidas que diminuam a burocracia para os cidadãos.

Avaliação

Tebet acrescentou ainda que só depois das duas audiências públicas agendadas para a próxima semana, com entidades sindicais patronais, no período final da convocação extraordinária, irá avaliar se concluirá o seu relatório ou se haverá novos depoimentos.

Por enquanto, na opinião do relator, só faltam receber as avaliações do Ministério Público, porque a CAE já ouviu juristas, representantes dos magistrados, do governo, das pequenas e médias empresas, dos bancos, e está colhendo os depoimentos das entidades sindicais patronais e de trabalhadores.

Na próxima terça-feira, devem participar os presidentes



TRANSPARÊNCIA Tebet sugere que INSS forneça dados *on line* sobre a situação dos segurados

das confederações da Indústria, do Comércio e dos Transportes, faltando ainda a confirmação do representante do setor agrícola. Já na quinta-feira, a comissão ouvirá o presidente da entidade que congrega as empresas ligadas ao setor de construção civil.



PRIORIDADE CAE discute proposta que deixa dúvidas sobre a preferência no pagamento dos créditos trabalhistas em processos de falência

Crédito trabalhistas, centro dos debates hoje

O tratamento legal a ser dado para os créditos trabalhistas na prioridade de pagamento nos processos falimentares deve ser o ponto central dos debates com representantes das principais entidades sindicais de trabalhadores que serão ouvidas hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), disse que o projeto de lei em discussão na CAE possui dispositivos que deixam dúvidas sobre a “preferência no pagamento dos créditos trabalhistas”.

O senador explicou que pre-

tende encontrar uma fórmula que diferencie o pagamento dos “verdadeiros direitos dos trabalhadores”, como salários, férias, aviso prévio, hora extra e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), dos créditos trabalhistas de alguns gestores, responsáveis pelos destinos das empresas em dificuldades. “Essas pessoas não podem ter o mesmo privilégio”, avaliou o senador, depois de afirmar que vários segmentos ouvidos pela CAE defenderam essa mesma opinião.

Algumas sugestões, conforme o senador, estabelecem li-

mites para que esses gestores recebam o que as empresas lhes devem, com a possibilidade de fixação de um percentual sobre os créditos trabalhistas ou um teto de 150 salários mínimos, como propôs a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), ouvida na última terça-feira. Tebet é contrário à proposta, que chegou a ser defendida inicialmente na Câmara dos Deputados, de definir um teto de R\$ 30 mil para o pagamento das pendências trabalhistas.

A expectativa do relator é de que, na audiência de hoje, o

presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, e o representante da Força Sindical, Ricardo Patah, apresentem as suas avaliações sobre o texto aprovado na Câmara dos Deputados.

– Já ouvimos o capital, agora vamos ouvir os trabalhadores – afirmou, considerando que o projeto de lei moderniza as relações entre capital e trabalho. Além das duas entidades sindicais, participará da reunião da CAE o presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (Caceb), Luiz Otávio Gomes.

Genoino garante a Paim apoio à emenda paralela da Previdência

Parecer favorável à proposta foi aprovado ontem pela CCJ da Câmara e segue para comissão especial

O presidente nacional do PT, José Genoino, comunicou ao vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), que tem todo o apoio do partido a proposta de emenda constitucional que atenua os efeitos da reforma previdenciária – a PEC paralela. O parecer favorável à proposta foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara.

– Além de trazer nossa saudação política a Paim, viemos comunicar que o PT tem uma posição muito clara a favor da PEC paralela, porque nós negociamos com a bancada do Senado a aprovação da matéria na Câmara na forma como saiu daqui. O PT avalizou esse acordo com toda a bancada do Senado. Vamos superar pequenos problemas e votar a PEC do jeito que ela saiu do Senado.

De acordo com José Genoino, mesmo que não dê tempo de votar a matéria no período de convocação extraordinária, a discussão avançará e prosseguirá para ser votada depois. “Como outras matérias que estão na pauta da convocação, avançaremos na tramitação. Depois, se engata a partir do dia 15 de fevereiro”, assegurou o presidente do PT.

Paim ressaltou que Genoino já havia lhe informado do acordo que permitiria à CCJ da Câmara votar a matéria ontem, observando que foi exatamente isso o que ocorreu. Ele se disse satisfeito também porque o presidente da CCJ, deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), pediu aos líderes da comissão especial que discutirá a PEC que o façam em regime de urgência.

– Eu fiquei satisfeito quando o presidente me disse que a aprovação da PEC paralela é uma posição de partido. Não teve acordo pessoal com esse ou aquele deputado, com esse ou aquele senador. Estamos caminhando bem, tenho certeza que ela será votada rapidamente, e com isso quem ganha é a sociedade – afirmou Paim.



ACORDO Paim (E) ouviu de Genoino compromisso do PT para votar PEC “do jeito que saiu do Senado”

José Alencar recebe senadores

Paulo Paim (PT-RS) foi recebido ontem pelo vice-presidente da República, José Alencar, para discutir a efetiva aplicação do Estatuto do Idoso. O senador informou que Alencar dispôs-se a trabalhar junto ao Executivo, já tendo conversado com o ministro Anderson Adauto sobre o transporte interestadual gratuito para idosos. O ministério vai orientar as empresas para que, em cada viagem de ônibus interestadual, sejam concedidos até dois assentos gratuitos para idosos carentes (com renda de até dois salários mínimos, ou R\$ 480).

– Esse pleito é de 20 milhões de idosos. Está faltando orientação do governo, por meio dos ministérios, para garantir a imediata implementação do estatuto. O vice-presidente nos atendeu de imediato e ligou para o ministro, que disse estar encaminhando uma solução –



ENTENDIMENTO Bancada gaúcha no Congresso discute com vice-presidente da República o endividamento dos estados com a União

explicou o parlamentar.

Dívida dos estados

Paim participou ainda, juntamente com os outros dois senadores pelo Rio Grande do Sul – Pedro Simon (PMDB) e Sergio Zambiasi (PTB) – de reunião, ontem, da bancada gaúcha, no Congresso, com o vice-presidente da República, para

discutir o endividamento dos estados com a União. Segundo Simon, ficou decidido que eles irão trabalhar junto aos parlamentares de todos os estados para acelerar a tramitação de projeto que fixa limites para os juros dessa dívida, apresentado por Alencar quando ele era senador.



INTROMISSÃO Para Mesquita Júnior, comentário de Genoino sobre deputada é inaceitável

Mesquita Júnior defende Erundina de crítica

Em nome da liderança do PSB, o senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) manifestou sua indignação por declarações feitas pelo presidente do PT, José Genoino, a respeito da deputada Luiza Erundina, que havia criticado os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e da prefeita de São Paulo, Marta Suplicy. De acordo com o senador, Genoino disse que iria re-

clamar com Miguel Arraes, presidente do PSB, do comportamento de Erundina.

Segundo Mesquita Júnior, o PSB considerou a declaração uma intromissão indevida nas decisões partidárias e enfatizou que semelhante procedimento não é admitido. Para o senador, Genoino vem patrulhando o PT e agora quer fazer o mesmo com os partidos aliados.

– Não querendo ser deslegitimante como foi Genoino com a deputada Luiza Erundina, quero dizer que não somos moleques de recado, somos aliados e merecemos respeito – afirmou o senador.

Conforme observou Mesquita Júnior, um dos seus maiores orgulhos de estar no PSB é o de conviver com Luiza Erundina na legenda.

Lula ignora promessas de campanha, diz João Tenório

O senador João Tenório (PSDB-AL) destacou ontem as promessas de campanha do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva e as medidas que foram tomadas depois que ele se tornou presidente da República. Para o senador, a reforma tributária foi vendida aos eleitores como sendo necessária para estimular o desenvolvimento da economia e foi prometida a desoneração tributária para o contribuinte e o setor produtivo.

– Na prática observamos que nada disso aconteceu. Após a eleição, o governo verificou que os números não fecham, porque se nega a fazer a reforma administrativa e reduzir o Estado até um tamanho que pudesse ser satisfatoriamente financiado, sem comprometer a capacidade de investimento da atividade econômica. A tributação veio de maneira muito mais intensa do que a prometida – afirmou.

Tenório lembrou que a primeira investida de forte impacto foi o aumento da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para prestadores de serviços e a Medida Provisória 135/03, já convertida na Lei 10.833/03, que aumentou a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).



CRÍTICA Governo não cumpriu promessa de reduzir carga tributária, afirma João Tenório

Oposição culpa governistas por atraso na votação do PPA

O PFL, partido de oposição, culpou ontem os parlamentares da base do governo pelo atraso na votação do Plano Plurianual (PPA), que contém todos os investimentos que a União fará até o fim de 2007. Ontem foi suspensa mais uma vez a reunião da Comissão Mista de Orçamento destinada a votar o PPA, porque não ha-

via número mínimo de senadores para a discussão – foi registrado apenas quórum de deputados.

– Quem está impedindo a discussão e votação do PPA é a própria base do governo, porque os oposicionistas estão presentes na Comissão Mista de Orçamento. O problema do governo é sua própria

base – afirmou o deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ).

Questionado pelo deputado, o presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), suspendeu a reunião por falta de quórum e convocou outra para terça-feira (10).

Em entrevista à imprensa, o depu-

tado Rodrigo Maia sustentou que “o governo não deve estar atendendo a contento os parlamentares de sua base”. Para ele, “essa é a única explicação plausível para a ausência dos seus parlamentares para a votação do PPA”.

O relator do PPA, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), amenizou as crí-

ticas da oposição ponderando que tem havido muito trabalho durante a convocação extraordinária e a Comissão Mista de Orçamento vem sendo convocada para os mesmos horários de funcionamento do Plenário do Senado.

O parecer de Saturnino já está pronto para votação.

Maria do Carmo pede socorro para vítimas das enchentes

Moreira/Mantz



EXCEÇÃO Maria do Carmo lembra que a Chesf socorreu as populações desabrigadas

Em nome da bancada de Sergipe, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) pediu ao governo federal socorro às populações desabrigadas no estado, em função da quantidade inusitada de chuvas que caíram nas últimas semanas. Depois do socorro emergencial virá a fase mais difícil e onerosa, a da recuperação de moradias e estradas destruídas, lembrou.

Maria do Carmo destacou que o governo estadual, na medida de seus recursos escassos, vem ajudando as pessoas ilhadas e atendendo emergências, além de distribuir mantimentos e agasalhos nos abrigos improvisados em escolas e associações. “Mas ainda não se viu no estado qualquer iniciativa federal de socorro aos

desabrigados”, protestou.

A única exceção veio da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), empresa de economia mista que colocou recursos próprios no atendimento às populações desabrigadas, informou a senadora.

Na opinião de Maria do Carmo Alves, somente com ajuda federal será possível reconstruir estradas, pontes e moradias.

para torná-lo mais conhecido, assim como ao município de Guaribas, onde foi instalado o programa Fome Zero.

Conforme o senador, o ex-presidente Getúlio Vargas, que foi apenas uma vez à região, promoveu muito mais melhorias do que Lula, que já esteve três vezes no estado. De acordo com Mão Santa, o presidente da República até agora destinou à região apenas 1/3 dos recursos do governo anterior.

O parlamentar espera que a visita de Lula resulte em benefícios reais para a população flagelada.

Mão Santa elogiou os meios de comunicação do Piauí, por refletirem o drama da população atingida pelas enchentes. Ele leu da tribuna artigo do jornalista Fábio Novo, do site *189 graus.com*, criticando Lula pela brincadeira que fez com o governador Wellington Dias.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) reclamou da insensibilidade do presidente, que não comunica suas viagens aos parlamentares da região.

Jefferson vê “desmantelo” no serviço público federal

■ Senador analisa assassinato de fiscais em Minas e prisões por corrupção no Amazonas

Roosevelt/Pinheiro



CRITÉRIO Jefferson Péres defende concurso público no lugar do “afilhadismo”

Dois fatos diametralmente opostos relativos à fiscalização do Ministério do Trabalho, relatados ontem em Plenário pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), levaram-no a apontar o quadro de “desmantelo” vivido pelo serviço público. Enquanto três fiscais e um motorista do ministério foram assassinados há poucos dias durante operação em propriedades suspeitas de trabalho escravo em Minas Gerais, a Polícia Federal no Amazonas acabou de prender mais de 20 pessoas, incluindo fiscais do trabalho, acusadas de participar de um esquema de extorsão a empresários.

– Se, de um lado, a prisão dos fiscais corruptos mostra a im-

punidade que acoberta a ação dos maus funcionários, do outro, a morte daqueles fiscais honestos operam em uma zona de risco, sem proteção – comentou. Na sua opinião, a situação chegou a esse ponto não por culpa do funcionalismo, mas dos sucessivos governos. Ao lado de uma ouvidoria apta a apurar denúncias e pu-

nir servidores envolvidos em corrupção, Jefferson defendeu um sistema de incentivo e premiação aos bons servidores.

O senador criticou ainda a edição de medida provisória criando mais de 3 mil cargos comissionados no Executivo federal. Como se trata de cargos de livre nomeação, Jefferson Péres questionou o critério a ser adotado para o preenchimento das vagas. “Será partidário, por amizade?”, indagou, observando que, se alguns órgãos estavam precisando de pessoal, deveriam ter promovido concurso público para ingresso por mérito, e não optado pelo “afilhadismo”.

O serviço público federal demanda uma reforma administrativa que crie um sistema de monitoramento e ascensão funcional, segundo Jefferson.

O senador ainda se mostrou solidário aos parlamentares nordestinos que se queixam do “descaso” do governo em relação às enchentes que atingem a região.

Agripino questiona contratação de 41 mil

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), informou ontem em Plenário ter apresentado requerimento à Mesa do Senado solicitando do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, informações sobre as notícias, veiculadas nos meios de comunicação, de que o governo federal pretende realizar concurso para a contratação de 41.080 novos servidores públicos. Agripino salientou o fato de o Orçamento da União para este ano não trazer recursos destinados ao pagamento desses novos funcionários.

De acordo com o parlamentar, a ausência de verbas na rubrica específica para o pagamento desse pessoal obrigaria

o ministério a realocar recursos que, no orçamento, estão destinados a investimentos. Neste ano estão orçados R\$ 12 bilhões para investimentos e o senador previu que, com as contratações, R\$ 4 bilhões seriam desviados para a folha de pagamento de 2004.

No requerimento, o líder do PFL indaga, primeiramente, se serão criados novos cargos ou se se trata de cargos já existentes, para os quais se realizarão concursos a fim de provê-los. Ele pediu ao ministro que, caso sejam cargos novos, que eles sejam quantificados.

Agripino questiona se foram realizados levantamentos prévios sobre servidores em disponibilidade que poderiam ser



Roosevelt/Pinheiro

ADVERTÊNCIA Agripino diz que orçamento não prevê recursos para pagar novos servidores

aproveitados nesses cargos. O senador pergunta qual o comprometimento da receita relativa a despesas com pessoal.

Roosevelt/Pinheiro



COMPARAÇÃO Mão Santa afirma que única visita de Vargas trouxe mais benefícios

Mão Santa diz que viagens de Lula não ajudam Piauí

O senador Mão Santa (PMDB-PI) disse ontem que as viagens que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus ministros têm feito ao Piauí não beneficiam o estado, servindo apenas

Hélio Costa quer CPI para apurar imigração ilegal

Serão investigados, entre outros crimes, o tráfico de pessoas e a falsificação de passaportes

A criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) para apurar os crimes praticados na emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos foi proposta ontem pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG). Além do senador mineiro, deverão integrar a CPI o senador Marcelo Crivella (PL-RR) e o deputado federal João Magno (PT-RJ). Os três parlamentares participaram de missão que negociou com o governo americano a repatriação dos brasileiros presos por entrarem ilegalmente naquele país.

Segundo o senador mineiro, a CPI vai investigar, entre outros crimes, prática de aliciamento, divulgação enganosa, tráfico de pessoas e falsificação e adulteração de documentos,



Rosenfeld Pinheiro

DEPOIMENTO Costa afirma que comissão deverá ouvir autoridades de vários setores

como passaporte. Ele antecipou que deverão ser convidados ou convocados para prestar depoimento representantes do Ministério das Relações Exteriores, da Polícia Federal, da Casa da Moeda (responsável pela impressão dos passaportes brasileiros) e do Ministério Público.

Também deverão ser ouvidos representantes de empresas aéreas, como a Aeroméxico,

coyotes e pessoas que foram aliciadas, parentes das vítimas e informantes. Hélio Costa acrescentou que poderão ser convidadas a prestar esclarecimentos à CPI autoridades do Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos que acompanharam os trabalhos da missão parlamentar na fronteira daquele país com o México.

Revisão de acordo

Hélio Costa apresentou requerimento que será encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores, solicitando informações sobre como poderá ser revisado acordo entre Brasil e México que isenta os brasileiros de apresentarem visto para entrar em território mexicano.

Em aparte, Crivella disse que, de um milhão de imigrantes que os EUA recebem anualmente, apenas 7 mil são brasileiros. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que hoje, na Comissão de Relações Exteriores (CRE), Crivella e Costa apresentarão relatório sobre a missão.

Senadores fazem relato sobre negociações para repatriação

Depois de semanas em viagem aos Estados Unidos, onde negociaram a repatriação de 922 brasileiros detidos por tentarem imigrar ilegalmente naquele país, os senadores Marcelo Crivella e Hélio Costa vão relatar os resultados obtidos e fazer uma avaliação da situação que leva cidadãos nacionais a se arriscarem na busca de oportunidades fora do Brasil.

Na exposição que será feita hoje perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), a partir das 9h30, os senadores devem apresentar sugestões para que os cidadãos nacionais não se exponham a perigos nos Estados Unidos e para melhorar o tratamento dos brasileiros nas prisões norte-americanas,

facilitando a repatriação.

Na semana passada, enquanto Hélio Costa acompanhava o grupo de 180 mineiros que chegaram no primeiro voo fretado



José Cruz

Marcelo Crivella visitou prisões onde estavam detidos brasileiros

que veio dos EUA com 277 brasileiros, Crivella narrou aos senadores da CRE o que observou nas prisões americanas e as gestões feitas junto às autoridades daquele país para trazer os brasileiros de volta.

O senador Rodolpho Tourinho

(PFL-BA) propôs uma campanha de esclarecimento em áreas específicas do país sobre os sérios riscos da entrada ilegal nos EUA.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) ponderou que o assunto deve fazer parte da pauta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Comissão ouve o governador de Roraima

Na reunião de hoje, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) ouve o governador de Roraima, Flamarion Portela, sobre o conflito por terras deflagrado no estado após o anúncio da demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol.

O autor do requerimento para a audiência pública na comissão, senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), alerta que os conflitos também se dão entre as etnias de índios que ocupam a área, na região nordeste do estado, na divisa do Brasil com a Guiana e a Venezuela.

Segundo o senador por Roraima, a onda de protestos, especialmente de agricultores, ocorreram depois que a homologação das terras indígenas, ocupadas por macuxis, uapixanas, ingaricós e taurepangues, foi anunciada pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

Tourinho pede urgência para gasoduto na Bahia

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pediu à Petrobras o início das obras do gasoduto de Manati, a 60 quilômetros de Salvador. O objetivo é que em 2005 o suprimento de gás natural seja garantido ao Nordeste. De acordo com o senador, até agora nenhuma providência foi adotada pela empresa mesmo com os problemas de suprimento de gás natural na região.

Ele disse que, apesar de esse não representar o investimento mais rentável para a empresa, é uma solução a curto prazo para a Bahia e para o Nordeste. O senador apresentou duas alternativas para resolver o problema de dependência de fontes externas para o abastecimento de energia do Nordeste, que tende a crescer de 26% para 50%.

Uma delas é a interligação do sistema elétrico do Nordes-



Moreira Mariz

Obra vai assegurar o suprimento de gás ao Nordeste, diz Tourinho

te via linhas de transmissão com o das demais regiões, de forma a viabilizar a transferência da carga elétrica necessária para completar o atendimento da sua demanda. A segunda é a interligação da rede de gasodutos de gás natural do Nordeste com a da Região Sudeste.

Em relação à complementação da oferta de gás natural no Nordeste, o senador disse que essa necessidade está vinculada a duas obras de infraestrutura: a construção do Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene), e do gasoduto do campo de Manati, descoberto no ano 2000.

Para Rodolpho Tourinho, o gasoduto de Manati é a fonte de suprimento que pode ser mobilizada mais rapidamente, até que a obra do Gasene esteja concluída. Em aparte, ele foi apoiado pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Raupp cobra conclusão de obras em Rondônia

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) apelou ao governo federal para que acelere a execução de várias obras que considera estratégicas para gerar um surto de desenvolvimento no estado de Rondônia.

Dentre as obras, o senador destacou o gasoduto Urucu-Porto Velho. Ele disse que a obra enfrenta um problema: a falta do deferimento pelo Ibama do acordo firmado entre a Petrobras e o Ministério Público, que contém os ajustes para a sua execução.

Raupp explicou que o gás natural poderá substituir o consumo de 1 milhão de litros de óleo diesel por dia pela termelétrica instalada em Porto Velho, permitindo, inclusive, a redução na poluição do ar.

—O desenvolvimento do projeto básico, as especificações



Moreira Mariz

Valdir Raupp destaca importância do gasoduto Urucu-Porto Velho

de materiais e equipamentos a serem empregados, os estudos para o traçado do gasoduto, tudo foi planejado tendo em mente a redução dos impactos ambientais.

Ele disse que a experiência internacional de-

monstra que o gasoduto é considerado o melhor meio de transporte para grandes volumes em distâncias médias, como é o caso do trajeto Urucu-Porto Velho. Segundo ele, os riscos são mínimos e se resumem praticamente ao período de construção.

O senador destacou ainda experiência da Petrobras, que já participou de estudos, projetos e execução de mais de 15 mil quilômetros de gasodutos e oleodutos em vários estados brasileiros.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma